



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª  
(TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, queria fazer um esclarecimento pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, no que diz respeito a essa matéria de interesse econômico do governo. Eu queria informar a esta Presidência que a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, exige, no seu art. 82, que os projetos de lei visando a autorização de contratação de operação de crédito interna ou externa pelo Governo do Distrito Federal devem ser acompanhados de determinada documentação. Se estiver faltando documentos, o governo deve providenciá-los, a fim de dar a celeridade que o caso requer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Portanto, o art. 82 da nossa LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, diz que devem vir acompanhados com o projeto de lei os seguintes documentos: cópia do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF, em sua última revisão; documento que demonstre adequação financeira e orçamentária da operação; documento que evidencie as condições contratuais que serão feitas; demonstrativo atualizado da observância dos limites e condições de endividamento fixados pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, ambas do Senado Federal; demonstrativo do comprometimento de receitas, bens e direitos com a garantia e a contragarantia em operações de crédito; e, por último, cópia da carta-consulta referente a esse empréstimo ou instrumento similar no formato requerido pelo agente financiador.

Portanto, faço esse esclarecimento apenas no sentido de que a Assessoria do Governo verifique se, junto ao projeto de lei encaminhado para esta Câmara Legislativa, esteja apensada toda essa documentação exigida por lei. Essa é a ressalva que quero fazer, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata o encaminhamento de V.Exa. e questiona a Assessoria de Plenário se a documentação está anexada ao projeto que será lido.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acredito que houve um equívoco. O Governador Agnelo vetou o art. 8º da lei que estima a receita e fixa a despesa – a Lei Orçamentária. Ao vetar o art. 8º, ele vetou também o § 2º, que estabelece que o Poder Executivo, ao executar emenda de Parlamentar, tem que ter uma autorização do Deputado, pois acontecia muito, antes de estabelecermos esse procedimento de comunicação formal, das emendas dos Deputados serem executadas pelo Executivo, às vezes, pelos administradores regionais, e, quando não acontecia nenhum problema, sequer o Deputado ficava sabendo, não era nem chamado para a inauguração. Quando essa emenda era mal-executada, o Deputado ia responder processo sem nem saber que a emenda havia sido executada. Então, nós condicionamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias que, para o Poder Executivo utilizar os recursos das emendas dos Deputados, ele teria que ter uma autorização formal do Deputado para que o gabinete do próprio Deputado acompanhasse a execução e participasse. O governo, ao vetar o art. 8º, vetou também o § 2º do art. 8º, o que derrubou essa exigência.

Então, há uma preocupação – e quero alertar os colegas Deputados – de que há necessidade de criarmos um mecanismo para derrubarmos esse veto, senão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

estaremos sujeitos aos mesmos erros do passado, ou seja, executarem as emendas dos Deputados sem sequer os Deputados saberem que essas estavam sendo executadas. Ressalvados os casos em que essas emendas dessem algum problema, a Justiça acionaria o Deputado para poder responder.

Então, eu gostaria do empenho de V.Exa., como Presidente desta Casa, e dos demais colegas no sentido de restabelecermos essa autorização formal para a execução das emendas dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Com certeza, Deputado Agaciel Maia. Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Eu queria trazer a resposta da Assessoria de Plenário. Realmente a ARO veio sem nenhum anexo.

Solicito à Liderança do Governo que encaminhe com rapidez a documentação, os anexos exigidos legalmente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade – e é importante que os trabalhadores que estão aí ouçam isto –, não adianta votarmos uma lei aqui com a falta dos documentos necessários, porque lá na frente vai ser considerado ilegal. Nós já levantamos isso. Eu tive o cuidado de comunicá-la, antes de falar daqui deste microfone, para que V.Exa. pedisse ao governo. Ele tem condições de mandar agora.

Portanto, eu peço a V.Exa. que agilize junto ao governo para que mande as informações. E que os Deputados que ainda estão nos gabinetes venham ao plenário para que adiantemos o processo aqui. Vamos discutindo a ARO, e, quando as informações chegarem, nós a votaremos. Se tivermos que entrar na madrugada, nós estaremos aqui de madrugada votando, mas votaremos hoje.

É esse o pedido que faço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Antes de continuar a leitura, Deputada Celina Leão, só quero dizer aos trabalhadores que esse é o posicionamento de todos os Deputados desta Casa, nós queremos que isso seja resolvido o mais rapidamente possível.

(Manifestações da galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO RENATO ANDRADE – Hoje. É hoje. Nós queremos que seja votado hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência o Deputado Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO VERAS) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO VERAS) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 1ª Sessão Ordinária.
- Ata da 1ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu terei o maior prazer em falar; o problema é que não tem seis Parlamentares em plenário neste instante, e é preciso seis para sustentar o debate aqui. Está aqui a metade da bancada do PT.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O nosso professor é o mais ativista na questão.

Quero registrar a presença do pessoal do Metrô DF – os concursados do Metrô com um pleito legítimo – e dos professores do Sinpro que se fazem presentes.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Temos *quorum* para dar continuidade à sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante como Líder.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós acabamos de receber o chamado pacote do Governo Rollemberg e já podemos verificar a primeira grande aberração. E nós só olhamos rapidamente!

No projeto que foi encaminhando –, nós sabemos que o último grande aumento que houve de IPTU foi de 16% em 2008, Deputado Agaciel Maia, economista –, nesse pacote está colocado que daqui para frente, enquanto Brasília existir, não importa quem seja o Governador, é o que está no projeto de lei encaminhado, o IPTU será corrigido com o IPC do mês. Vamos todos rezar e pedir a Deus para nunca entrar um governo que deixe disparar o IPC.

Pois bem, Deputada Celina Leão, o IPTU será corrigido pelo IPC do ano e mais 20%. Não limita no tempo; portanto, Brasília tem 52 anos. Quando Brasília completar 104 anos, serão mais 52 anos de IPC acrescido de 20%. Eu não conheço uma categoria de trabalhador que tenha tido 20% de reajuste real no seu salário. Não conheço.

Pergunto aos jornalistas que estão aqui: vocês tiveram? Não tiveram. Minha categoria, a dos vigilantes, só teve 7,5%. Eu sei que os jornalistas tiveram menos, e pergunto: alguém vai se dispor a pagar isso? Alguém está disposto a esse sacrifício? Sabemos que existem outras medidas que poderão ser tomadas.

Deputada Celina Leão, louvo a atitude de V.Exa., que foi uma das maiores batalhadoras nesta Casa para que houvesse reajuste aos servidores. Todas as leis de reajuste salarial que aconteceram a partir de 2013 e 2014 foram votadas legalmente nesta Casa e não houve questionamento por parte do Ministério Público. Não houve questionamento no Tribunal de Justiça, com exceção de uma legislação que modificava algumas coisas do SLU. Todo o restante foi considerado legal.

Portanto, não adianta. A equipe da maldade, importada de Minas Gerais pelo Sr. Rodrigo Rollemberg, esse secretário tucano, que lá é chamado de Lúcifer pelos servidores públicos, não pode querer exigir que os servidores abram mão de seus reajustes. Os servidores não ganharam nenhum presente. Eles foram à luta, se mobilizaram, o governo concedeu e concedeu legalmente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O Deputado Agaciel Maia, que agora é Presidente da CEOF, era Presidente da CEOF na época do Governo Agnelo. O economista Agaciel Maia, que agora é o Presidente da CEOF no Governo Rollemberg... Isso é uma questão interna, não é favor de nenhum governador, pela competência... V.Exa. analisou com lupa os projetos e, quando havia alguma irregularidade, V.Exa. devolvia – eu sei disso – e corrigia. O nosso Secretário Parlamentar, Willemann, que está ali, quantas vezes saiu correndo para ir lá corrigir. E agora vêm dizer que vai entrar na Justiça, segundo a manchete do *Correio Braziliense* de hoje, para não pagar o reajuste dos servidores.

Eu quero aqui desta tribuna avisar ao Governador Rollemberg, por quem eu tenho respeito: Governador, não mexa com este terreno, porque todo mundo que tentou derrotar servidor foi derrotado pelos servidores! E eles sempre estão com a comunidade ao lado.

Eu já disse hoje, Deputada: o que revoga uma lei é outra lei. Não adianta ir ao tribunal revogar porque já passou o tempo. Não adianta achar que no tribunal é mais fácil. O debate se dá aqui. Nós votamos legalmente, ninguém nos obrigou a votar. Nós votamos por unanimidade, com consciência.

Portanto, eu quero dizer: contra reajuste de servidor, eu não voto, Deputado Ricardo Vale, nem com um AR-15 na cabeça! Estarei nas ruas junto com vocês para garantir o que foi assegurado para vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo objetivo nosso – nosso em termos de Câmara Legislativa – é sempre resolver os problemas, principalmente os ligados à comunidade de Brasília.

O segmento dos servidores é, no meu caso, muito especial, porque eu estou Deputado, mas eu sou servidor público. Por sinal, agora no dia 10 de fevereiro, eu completo 38 anos de serviço público. Sou servidor do Senado Federal, analista legislativo e nunca votei contra servidor. Mesmo quando algum governo me pedia para votar contra, eu falava: você pode me pedir outra coisa, mas a minha bandeira sempre foi a de defender o servidor público.

No que diz respeito a esse quadro atual, nós sabemos do brilhantismo do Deputado Chico Vigilante, seja na Oposição, seja no Governo, de fazer exatamente a defesa do que é de interesse da comunidade. Eu já não sou de arroubos; eu já não faço discursos inflamados; eu já sou mais um técnico do que um político. Muitas vezes, Deputado Chico Vigilante, eu ajo mais como um profissional, técnico em orçamento, do que propriamente um Deputado. Talvez um dia, eu ainda vire um político na essência, mas por enquanto, eu ainda não consegui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

O que eu quero dizer, e vocês servidores públicos são pessoas extremamente esclarecidas e inteligentes, é que nós precisamos... Por isso eu fiz um alerta aqui sobre o problema da documentação exigida para que fosse acostada à ARO – Antecipação de Receita Orçamentária – para que o salário de vocês seja colocado em dia. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está pronta para que, assim que chegar, independentemente do horário ou do dia, possamos nos reunir e aprovarmos.

Eu sei do compromisso da Deputada Celina Leão de também dar celeridade e colocar essa matéria em votação, a qual passará por duas comissões – pela comissão de mérito, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e pela Comissão de Constituição e Justiça – todos os projetos passam por esta última – e depois será votada aqui. Isso se faz necessário. Sempre que estamos falando para servidores públicos, entendemos que são pessoas esclarecidas, por isso vou explicar que, para se resolver essa ARO, três fases terão de ser sincronizadas.

A primeira fase cabe ao Poder Executivo, ao Governador, que tem de encaminhar um projeto que venha de acordo com a legislação exigida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa é a primeira parte. Estamos aguardando que o projeto chegue do Poder Executivo.

A segunda peça que tem que ser encaixada para resolver o problema de vocês é o exame pelas duas comissões temáticas da Casa, a aprovação em Plenário e a sanção do Governador.

A terceira e última é a articulação política, porque esse recurso de antecipação de uma receita orçamentária, por isso se chama ARO – Antecipação de Receita Orçamentária –, é como se você fosse ao banco e pedisse um adiantamento do que você vai receber. Essa fase precisa de uma articulação política do Governo Federal, que é a terceira engrenagem.

Com certeza, as duas primeiras, especialmente a segunda engrenagem, que é o exame e análise pela Câmara Legislativa, vocês terão no menor prazo possível. Por quê? Não há um Deputado, presente aqui ou não, que não esteja comprometido em aprovar isso.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Pessoal, eu não tenho procuração para defender colega, mas quero esclarecer isto: eu estou hoje nesta tribuna por entender que vocês que estão aí são pessoas esclarecidas. Não adiantaria que esse colegiado estivesse presente aqui, os 24 Deputados, sem que os projetos estivessem devidamente instruídos e completos. Então, não é culpa dos deputados se não está havendo votação hoje. Independentemente da presença ou não. Eu nem sei onde estão os Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu só quero dizer a vocês o seguinte: como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a partir do momento em que o projeto for lido e distribuído a esta comissão, já há a equipe de consultores pronta para instruir o parecer para que nós possamos votar o mais rápido possível.

Deputado Chico Vigilante, o que eu quero dizer a V.Exa. no que diz respeito especificamente a essa Antecipação de Receita Orçamentária é que, pela presença dos presidentes de sindicatos de vocês que estiveram na reunião, todos os cinco líderes dos cinco blocos desta Casa se manifestaram a favor da votação o mais rápido possível. Mas, como em qualquer outra instituição, seja da área de educação, saúde ou segurança, ela precisa do formalismo, e é isso o que a Câmara Legislativa está esperando.

Portanto, Sra. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. por ter concedido um pouco mais do que os cinco minutos a que tem direito a Liderança, pois usei esse tempo exatamente para prestar esse esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Gente, no dia em que o Governador convidou os Deputados Distritais a comparecerem ao Centro de Convenções, onde S.Exa. anunciaria o pacote fiscal, eu estava lá. E, já naquele momento, juntamente com o Deputado Joe Valle, questionamos, assim como o Deputado Chico Vigilante levantou aqui, se, dentro desse pacote fiscal, os compromissos assumidos com as classes trabalhadoras seriam honrados.

Lembrei, naquela ocasião, que nós professores da rede pública ainda temos duas parcelas do nosso plano de carreira a serem pagas. E o Governador foi vazio em sua resposta, deixando no ar a suspeita e a preocupação de que isso não será honrado. Fica então o alerta: somente a organização dos trabalhadores, por meio da liderança do movimento sindical, para exercer uma pressão é que levará ao cumprimento desses acordos. Depende de vocês e de nós, mas principalmente da pressão de vocês que estão na galeria.

É importante também questionarmos aqui – inclusive eu questionei naquela ocasião... Segundo o Governador e a equipe econômica, aumentos salariais foram concedidos aos trabalhadores sem a devida aprovação da equipe econômica do governo anterior. Então, Deputado Chico Vigilante e Deputado Ricardo Vale, eu questionei também se estão sendo buscados caminhos para que aqueles que aprovaram aumentos salariais sem a devida equiparação orçamentária sejam punidos. Temos de achar os culpados por essa irresponsabilidade administrativa e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

buscar a punição também. Não se pode ficar colocando a culpa no trabalhador. Esse fez o seu papel: reivindicou, trabalhou, conseguiu e merece receber.

O Governo encaminhou a esta Casa o projeto da ARO, que é do interesse de todos aí. E, aqui no documento de encaminhamento – leio *ipsis litteris* o que está escrito –, S.Exa. disse: “Considerando que a matéria necessita de aprovação com relativa brevidade, solicito, com fulcro no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente proposição seja apreciada em regime de urgência.” Repito: regime de urgência, senhores é o que disse o nosso Governador ao encaminhar o projeto.

Onde está a urgência em um pedido que chega sem a devida documentação legal? Então, das duas uma: ou a equipe do Governador é frágil e não sabia dos procedimentos legais, ou agiu de má-fé. Certo? E nós não podemos nos submeter a isso.

A Presidente agiu com pressa, a partir da requisição do Deputado Chico Vigilante, e já fez o pedido para que tais documentos cheguem aqui. Estamos no aguardo.

Eu gostaria muito que essa antecipação da receita fosse votada hoje, para minimizar os impactos que os servidores públicos do Distrito Federal vêm sofrendo. Servidores nos quais me insiro. Professor da rede pública, 40 horas, e ainda não recebi o meu resíduo do décimo terceiro. E quero recebê-lo! V.Exa., Deputado Juarezão, servidor da área da saúde, também está com um resíduo do décimo terceiro para receber.

Dessa maneira, gente, nós colocamos plenamente à disposição. Estou aqui. Se for necessário ficarmos até as 2h, as 4h, as 5h da manhã, enquanto houver *quorum* para votarmos a ARO ainda hoje, eu estarei aqui junto aos demais na galeria.

Um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pelo Bloco Progressista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Pergunto aos colegas Parlamentares que se encontram no plenário se alguém deseja fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiro Deputado Chico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   02   2015	15h40min	3ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Vigilante. Quero cumprimentar aqui os trabalhadores do Metrô, os professores, o Sindicato dos Professores, os jornalistas.

Confesso que, hoje pela manhã, eu estava muito empolgado para fazer aqui o meu primeiro pronunciamento como Deputado e muito empolgado também porque as informações que chegaram a mim é que hoje eu poderia já dar o meu primeiro voto, um voto muito significativo, um voto em defesa da classe trabalhadora, para que pudéssemos solucionar essa situação triste em que se encontram alguns profissionais, alguns trabalhadores de algumas categorias. É um governo novo, um parlamento novo, mas, infelizmente, as velhas práticas continuam.

Eu não vou fazer o meu pronunciamento hoje, é claro, mas quero me solidarizar com os trabalhadores, com os professores, com os servidores da área de saúde e lamentar essa postura tanto do governo como da Casa.

Acho que é um desrespeito com a população do Distrito Federal não virmos aqui e não debatermos com seriedade o problema do Distrito Federal. É muito triste, depois de todo um processo que tivemos. Trabalhamos muito, dialogamos muito com os Parlamentares para que pudéssemos aprovar a ARO hoje. Infelizmente, encontrarmos o plenário vazio. Evidentemente foi uma ação do novo governo do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Dá-se início à

Ordem do Dia.

Não havendo *quorum* para deliberação, dou por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h07min.)